

Paris deve prorrogar dívida

William Waack

Bonn — Com boas possibilidades de obter um rápido acordo, o Brasil vai esta semana ao Clube de Paris pedir a 16 de seus principais Governos credores que renegociem a parte oficial da dívida externa brasileira a ser saldada até o final de 1984 — 2,3 bilhões de dólares em empréstimos oficiais ou garantidos por agências governamentais.

O Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, já está em Paris desde ontem para participar da dupla rodada de negociações, terça e quarta-feira.

Fora das regras

A proposta de Galvêas ao Clube de Paris, em carta endereçada ao seu presidente, o Secretário do Tesouro francês Michel Camdessus, pede a renegociação de 90% da dívida até o final de 1984 por um período de nove anos com quatro de carência. Os 10% restantes, o Governo brasileiro pretende renegociar por um prazo de cinco anos, com três de carência. Tanto os prazos solicitados como a alternativa de rolar também os 10% restantes fogem às regras do Clube de Paris, que normalmente opera com períodos mais curtos, prazo de carência menor e, além disso, exige que de 10 a 15% da dívida seja paga imediatamente.

As chances de o Brasil ser atendido em suas propostas depende basicamente dos sinais que vierem, também na terça-feira — provavelmente na madrugada de quarta na Europa, devido ao fuso horário — da reunião do board do FMI em Washington.

— A maior parte dos Governos adotará uma atitude flexível. Ninguém pode esperar por muito mais tempo nas negociações, que já duram três meses desde que o Brasil solicitou ao Clube de Paris que reexaminasse a dívida oficial. O problema não é a renegociação e sim a concessão de novos créditos ou garantias oficiais — disse um funcionário do Governo alemão, encarregado de estudar o caso brasileiro.

Dificuldades só existem ainda quanto aos números. Embora o Banco Central tivesse entregado, a 10 de setembro, junto da carta do Ministro Galvêas, um relatório de quase 400 páginas, dando os nomes das estatais e das empresas que devem e que não pagaram, os números de parte a parte ainda não batem. Pelo menos, os alemães ainda terão amanhã, pouco antes de embarcarem para Paris, uma reunião final com diplomatas brasileiros para estabelecer quanto o Brasil deve a agências de Bonn. Há uma diferença de uns 100 milhões de dólares entre os dados brasileiros e os dados alemães.

Foi a Argentina quem inaugurou, em 1956, o Clube de Paris. Os principais países industrializados escolheram a capital francesa como local de reuniões para renegociar, naquela época, a dívida oficial do governo argentino, e a moda acabou pegando. O Clube de Paris, na verdade, não existe como instituição. É o Ministério das Finanças francês quem aluga o local da reunião (o Hotel Majestic, que na Segunda Guerra foi um dos quartéis-generais da Gestapo e hoje é um centro internacional de convenções) empresta o pessoal burocrático e coloca também à disposição seu Secretário do Tesouro, para convocar as reuniões e presidir os encontros.

Participam do Clube os países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) e, recentemente, a Suíça e a Arábia Saudita. Nos quase trinta anos de existência, o Clube desenvolveu um rígido ritual e um rigoroso protocolo. Primeiro, o governo devedor apresenta suas propostas. Elas são enviadas aos países membros que elaboram a conduta a ser adotada nas negociações finais.

A rodada final de negociações inclui geralmente a participação do Ministro das Finanças do país devedor, que é submetido, invariavelmente, a uma curiosa sabatina. Além dos países credores, estão presentes à reunião representantes das principais instituições internacionais, como Unctad, Banco Mundial e FMI. Os credores fazem perguntas diretas e de conteúdo concreto ao Ministro das Finanças do país envolvido, e suas respostas são confrontadas com as opiniões dos representantes das organizações internacionais.

Isto tudo dura, em média, uma manhã. Na hora do almoço, o Ministro devedor sai da sala e, durante a tarde, os países discutem o que farão.

Bazar persa

No dia seguinte — para o Brasil, na quarta-feira — começa o **Bazar persa**, isto é, as discussões finais sobre detalhes concretos, como taxa de juros, prazo de pagamento, carência, total a ser renegociado etc. Os juros são em última instância, objeto de discussões bilaterais.

O Clube de Paris fixa, ao final das negociações de dois dias, os principais pontos num memorando, assinado por todas as partes, no qual consta apenas os débitos a serem pagos, o prazo de pagamento e o devedor. Mais tarde, o Brasil terá de negociar bilateralmente com seus devedores as taxas de juro.

Isto pode variar de Governo a Governo mas, no geral, taxas de juro cobradas para créditos concedidos a título de ajuda ao desenvolvimento (e que não passam dos 4,5%, permanecem inalteradas. As últimas discussões no Clube, contudo, indicam uma acentuada tendência para aplicar as taxas normais de mercado aos países devedores, o que poderia ser bastante negativo para o caso brasileiro.

Para os membros do Clube, nunca houve tanto trabalho como nos últimos dois anos. Só em 1983, o Clube se reuniu 13 vezes para tratar da renegociação de diferentes países. No total, pelo menos 60 acordos de renegociação, envolvendo mais de 20 países diferentes, foram firmados sob os auspícios do Clube de Paris.

Tempo de trabalho

A sucessão de crises e de países batendo à porta de Camdessus levou a certo relaxamento do cerimonioso protocolo do Clube e, também, de algumas de suas regras de ouro. Ao Sudão, por exemplo, os membros do Clube garantiram recentemente um prazo total de pagamento de suas dívidas oficiais de 16 anos, com seis de carência. O Sudão também não precisou pagar a quota de 10% cash.

Também a regra de não conceder prazos de carência superiores a quatro anos tem sido quebrada freqüentemente nas últimas semanas.

Outro fator novo também na vida do Clube: antes, os Governos endividados procuravam a salvação através da renegociação quando a situação ainda não estava muito difícil. Nos últimos tempos quem bate à porta do Fundo já está com atrasos consideráveis no pagamento do principal e dos juros de dívidas oficiais, como é o caso do Brasil, que até o final de junho, segundo os dados oficiais, não havia pago 124 milhões de dólares do principal e dos juros relativos a créditos concedidos ou garantidos por Governo ou agências governamentais.

Esta situação levou a medidas drásticas, pelo menos, por parte do Governo inglês, que já deixou claro, publicamente, que não pretende participar do novo pacote de 11 bilhões de dólares (2,5 bilhões são relativos a créditos oficiais) que o FMI e os bancos estarão aprovando também na terça-feira.